

# LAVRADORES, EUCALIPTOS E TERRA: AS CHAPADAS E GROTTAS DO ALTO JEQUITINHONHA

Marcos Antônio Pereira da Fonseca Maltez<sup>1</sup>

Leonardo Franca da Silva<sup>2</sup>

Emília Pereira Fernandes da Silva<sup>3</sup>

## RESUMO

Com estratégias e políticas diferentes, cada governo brasileiro criou metas de crescimento para o país, na sua maioria com o intuito de diminuir as desigualdades por meio da geração de empregos e da distribuição equitativa de renda. A região das Chapadas e Grotas do Alto Jequitinhonha localizadas ao nordeste de Minas Gerais, sempre foi considerada pelos formuladores de políticas públicas uma região pobre e necessitada de investimentos públicos. Durante o período militar à região foi alvo de incentivos para a implantação de maciços plantios florestais com o intuito de desenvolver e gerar renda para essa região periférica. Entretanto, o que se viu foi a acentuação dos problemas já existentes (desigualdade social, falta de empregos e êxodo rural) e o aparecimento de novos (impactos ambientais, invasões de terra). Diversos autores chamam a atenção para a principal mudança ocorrida na região, a má distribuição de terras, as empresas florestais ocuparam terras de uso comum dos agricultores (Chapadas) e os legaram a utilizar somente as Grotas, e hoje, mais de 50 anos depois, a desigualdade fundiária persiste na região. Utilizando a inscrição do Cadastro Ambiental Rural (SICAR, 2017) como fonte de dados, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do reflorestamento sobre a estrutura fundiária da região das chapadas e grotas do Alto Jequitinhonha. Os dados do CAR expõem a alta concentração fundiária, a ocupação das reflorestadoras nas chapadas, e dos agricultores familiares nas grotas, os dados são apresentados cartografados, quantificados e qualificados. Além de apresentar as informações referentes a distribuição fundiária, o trabalho discute os processos históricos que conformaram a implantação dos maciços florestais na região.

---

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestrando em Desenvolvimento Rural (UFRGS)

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestrando em Agricultura e Energia (UNESP)

<sup>3</sup> Engenheira Florestal, Mestranda em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/UNIMONTES)

## **INTRODUÇÃO**

Com estratégias e políticas diferentes, cada governo brasileiro criou metas de crescimento para o país, na sua maioria com o intuito de diminuir as desigualdades por meio da geração de empregos e da distribuição equitativa de renda. A década de 1970 foi marcada pelo desenvolvimento do regime militar, caracterizada pelo incentivo a grandes projetos, justificados pela necessidade de crescimento econômico do país. Durante esse período, lugares considerados “vazios”, como o Cerrado e a Amazônia, se tornaram focos prioritários de desenvolvimento, sendo ocupados e trabalhados com base nos preceitos da modernização da agricultura.

A modernização da agricultura trouxe consigo diversas inovações, como técnicas de preparo e fertilização do solo, surgimento de praguicidas e herbicidas e melhoras na mecanização agrícola, o que entre outros fatores, possibilitou o cultivo de terras em regiões onde antes não era possível, como é o caso do cerrado. Esse desenvolvimento da tecnologia, aliado a ideia de desenvolvimento prezada pelos militares, levou a criação de diversos projetos de ocupação do cerrado, que era considerado um bioma subdesenvolvido, subutilizado e com vazio populacional.

O Alto Jequitinhonha é um território localizado no nordeste de Minas Gerais, e fica em uma zona de transição entre o cerrado e a mata atlântica. Até a década de 1970, a região apresentava uma estrutura dinâmica e independente, com a predominância de uma agricultura familiar numerosa e tradicional. Nesse período a região se tornou nacionalmente conhecida por seus baixos índices socioeconômicos, seu artesanato peculiar e pelo processo constante de migração sazonal para o trabalho em lavouras (cana e café) e na construção civil.

Durante o período da ditadura militar o Alto Jequitinhonha passou a ser alvo prioritário de projetos de desenvolvimento, que tinham como objetivo levar trabalho e renda para região. Os projetos apresentavam características em comum: visavam a exploração dos recursos naturais, que eram considerados subexplorados na região; tinham pouca ou nenhuma participação da população nas decisões; e, favorecia a concentração dos recursos nas mãos de poucos. A região sul do território do Alto Jequitinhonha, tem seu relevo caracterizado pela presença das chapadas e grotas, como é comumente chamada pela população local, essa região viu suas chapadas serem ocupadas e privatizadas pelas monoculturas de eucalipto, o que causou diversos impactos na região, principalmente no regime fundiário, meio ambiente e modos de vida da população rural.

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência do reflorestamento sobre a estrutura fundiária da região das chapadas e grotas do Alto Jequitinhonha, para tanto parte de uma revisão de bibliográfica sobre o tema, dando como foco o período da ditadura miliar e o processo de modernização da agricultura, e utiliza os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), para analisar como está a distribuição fundiária atual da região.

## **TEMA NA LITERATURA**

A formação histórica do Brasil construiu uma estrutura de propriedades da terra altamente concentrada, fato confirmado por estudos de diversos autores (SAUER; LEITE, 2012; DELGADO, 2012, 2014; PRIETO 2017). O problema fundiário do Brasil tem seu início em 1530, com a criação das capitânicas hereditárias e os sistemas de sesmarias que eram grandes glebas de terras distribuídas pela coroa portuguesa. Com a independência do país em 1822, um número grande de conflitos envolvendo donos de terra e grileiros passam a ocorrer, o que levou a criação em 1850 da chamada “Lei das

Terras”, que entre outros critérios, determinou que a aquisição de terra aconteceria mediante pagamento em dinheiro, o que favoreceu os latifundiários e coronéis a manter o poder sobre a terra.

Somente partir dos anos 1950 e 1960 a questão fundiária começou a ser debatida no Brasil quando diversas ligas camponesas foram criadas, e o governo federal criou a superintendência de reforma agrária (SUPRA), ambas foram combatidas pelo golpe militar de 1964. A ditadura militar representou um importante marco contemporâneo na distribuição fundiária do país, o desenvolvimento concebido pelos militares acabou por tornar ainda mais desigual a distribuição de terras no Brasil (FERNANDES, 2011).

Nos anos que antecedem o Golpe Militar, a formação do discurso a favor da reforma agrária foi pautado por diferentes instituições e pesquisadores da época, entre os que defendiam a reforma agrária estavam: o Partido Comunista do Brasil (PCB) com destaque para o sociólogo Caio Prado Jr, a Comissão de Estudos Econômicos da América Latina (CEPAL) com as teses de Celso Furtado, e a Igreja Católica por meio de declarações de Bispos e Cartas Pastorais. Essas instituições faziam a defesa da reforma agrária, abordando os diferentes problemas da acumulação fundiária, como: a oferta de alimentos, pressões urbanas e indústrias, as relações fundiárias e o trabalho no meio rural, e a situação de grave injustiça e exclusão social. Apesar de apresentarem diferentes discursos, todos tinham o mesmo objetivo, a realização da reforma agrária no país (DELGADO, 2012).

O conservadorismo econômico, representado por Delfin Neto e o grupo de economistas e econométricos da Universidade de São Paulo (USP), foi responsável por construir o discurso contrário a reforma agrária, tendo como ponto principal a modernização técnica da agropecuária (DELGADO, 2012). A negação de uma questão agrária era o argumento chave desse grupo, desconsiderando a estrutura fundiária e as relações de trabalho como um problema econômico relevante, já que a estrutura agrária do país não impediria a agricultura de cumprir suas funções: *i*) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; *ii*) criação de mercado para os produtos da indústria; *iii*) expansão das exportações; e *iv*) financiamento de parte de capitalização da economia (NETO, 1963).

Observe-se que as expressões “crise agrária” ou “questão agrícola” aparecem nos diagnósticos dos interlocutores à esquerda da “questão agrária”, diferentemente de como esta é concebida pelo pensamento conservador (DELGADO, 2012 p. 54).

Sobre a égide de combater o comunismo e a corrupção, o Golpe Militar de 1964 não foi dado com o objetivo de levar alguém ao poder e não apresentava ainda um projeto político para o Brasil (SOARES, 1994; FICO, 2004; FAGUNDES, 2014). O governo se apoiou em tecnocratas e instituições públicas que tinham alinhamento ideológico com os militares, essas eram ligadas ao internacionalismo, liberalismo econômico, política externa alinhada com o Estados Unidos e manutenção das instituições políticas como o parlamento e os partidos (FAGUNDES, 2014). Esse plano ideológico político e econômico, estava longe de ser o projeto defendido pelas instituições que defendiam a reforma agrária, sendo que essas durante a ditadura militar foram caçadas e seus líderes presos. O pensamento conservador foi incorporado e se tornou o debate hegemônico em torno das questões relacionadas a oferta e demanda de produtos agrícolas e terras (DELGADO, 2012).

A partir da instauração no Brasil da ditadura civil-militar, em 1964, se realizou um rearranjo político das frações de classe que dominavam o aparelho do Estado. Todavia, tal rearranjo produziu uma nova convergência de interesses políticos, econômicos e sociais entre a burguesia industrial-urbana e os grandes

latifundiários em profunda associação ao Estado autoritário capitaneado pelos militares (PRIETO, 2017 p.2).

O pensamento econômico hegemônico da época se baseou no funcionalismo norte-americano, baseado na modernização técnica da agropecuária, e nas cinco funções que a agricultura deveria desenvolver: “i) liberar mão de obra para a indústria ii) gerar oferta adequada de alimentos iii) suprir matérias-primas para a indústrias iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano”. Com uma visão cartesiana do rural e da agricultura, a reforma agrária não seria necessária, visto que a agricultura empresarial atenderia as demandas que lhe eram impostas. A proposta era de uma modernização técnica sem reforma, ou com reforma somente onde estive-se comprovada a ineficiência das funções da agricultura. (DELGADO, 2012).

Atendidas as funções básicas, imaginadas para uma agricultura genérica, sem pressões estruturais sobre o Índice Geral de Preços, a balança comercial e a produção industrial não haveria porque falar em crise do ou no setor primário (DELGADO, 2012 p. 52).

Com o intuito de frear e controlar as reivindicações populares e tensões sociais que aumentavam no Brasil, e não necessariamente executar um programa de redistribuição fundiária, a ditadura militar em 1964 promulgou o Estatuto da Terra, com basicamente dois objetivos: executar a reforma agrária e desenvolver a agricultura. Entretanto a política fundiária da ditadura teve como principal característica a não realização da reforma agrária, tornando morta qualquer aspecto progressista do Estatuto da Terra. A opção substitutiva da reforma agrária, foi feita pelos projetos de colonização principalmente na fronteira norte brasileira (PRIETO, 2017)

Segundo estudos conduzidos por (FIGUEIRA,2000; OLIVEIRA, 2001, PRIETO, 2017), a grilagem de terras durante a ditadura militar foi um fato recorrente e de certa forma institucionalizado. Onde ocorreu a participação de grileiros, juízes, funcionários públicos e oficiais de cartórios em um grande esquema de venda de terras públicas para empresas estrangeiras, o que fomentou ainda mais a estrangeirização de terras e acumulação fundiária.

A partir do golpe de 1964 o debate político é cortado, e lentamente o pensamento conservador vai impondo o debate exclusivo em torno das questões relativas a oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas consequências para o país (DELGADO, 2012 p. 56).

Nesse período, em conjunto com a ditadura militar, começa a tomar força no Brasil e no mundo a modernização da agricultura. Conhecida como um movimento transformador da estrutura agrícola nacional, que tem base numa revolução que instala um novo modelo de agricultura centrado na tecnificação agrícola (RICARDIO, 2011). A modernização da agricultura ocorre no período de 1960-1970, incorporando novas demandas para a economia, como: o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria, e também a nacionalização dos principais insumos básicos e a garantia da autossuficiência daquilo que era considerado fundamental para o país.

O processo de modernização da agricultura, acontece em concomitância a chamada “Revolução Verde”. Segundo McMichael (2000), a revolução verde foi um pacote de tecnologias agrícolas desenvolvida no México, na década de 1940, com apoio da fundação Rockefeller, onde pesquisadores focaram seu estudos no desenvolvimento de sementes híbridas de alta produtividade, porém totalmente dependentes de insumos,

(adubos, fertilizantes, praguicidas e herbicidas) com o discurso de aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome do mundo.

A modernização da agricultura prezava por mudanças nas práticas agrícolas a partir da utilização de insumos e maquinários agrícolas, sementes geneticamente modificadas e a implantação de monoculturas. Essas tecnologias garantiam elevar a produção, diminuir os custos e ajudar no desenvolvimento da agricultura. Além das inovações e da tecnificação das práticas agrícolas, a modernização traz uma mudança na forma de fazer e entender a agricultura. Colocando assim, práticas e técnicas de agricultores e comunidades tradicionais como métodos ultrapassados e arcaicos, sem importância para o desenvolvimento, os quais deveriam ser substituídos pelos preceitos da revolução verde (RICARDIO, 2011).

A essência do processo de modernização da agricultura passa a configurar-se dentro de um ambiente de complexidades estruturais, técnicas e sociais que, de um lado, esconde uma gama de interesses e, de outro, produz conflitos sócio produtivos à medida que estabelece um perfil do utilitário de seus benefícios (RICARDIO, 2011 p. 236).

O investimento na modernização da agricultura foi fortemente apoiado pela ditadura militar, beneficiando o capital privado e nacional. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), para o período de 1972 a 1974, traz algumas considerações acerca desses interesses:

Se faz necessário que a agricultura e a pecuária passem a desempenhar um novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento. Tem se assinalado que o Setor Agropecuário, nos anos 60 e 70, vêm revelando dinamismo, razoável capacidade de reação a estímulos e desempenho satisfatório das suas funções (...) Trata-se, agora, de exigir muito mais do setor agropecuário e efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados (BRASIL, 1971, p. 55).

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura de propriedade rural fosse alterada, fomentou ainda mais processos já existentes no Brasil: a propriedade tornou-se ainda mais concentrada, as desigualdades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, houve aumento na taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, e crescimento na taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorando assim a qualidade de vida da população do campo. Além de trazer novos problemas, como: endividamento de pequenos agricultores, problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos e aumento da especulação fundiária (PALMEIRA, 1989).

Nesse contexto histórico, se insere as chapadas e grotas do Alto Jequitinhonha, onde as condições históricas, topográficas, sociais, dentre outras promoveram um desenvolvimento com a especialização progressiva da cultura do Eucalipto. O Estado teve papel fundamental nesse processo, especialmente durante as décadas de 1960 a 1980, o que potencializou os processos já existentes na região de exclusão social, impacto ambiental e concentração fundiária (SILVA, 2014; RIBEIRO et al, 2007; GALIZONI, RIBEIRO, 2000).

Localizado no nordeste de Minas Gerais, as *Chapadas e Grotas* do Alto Jequitinhonha fazem parte da mesorregião do Vale do Jequitinhonha. A região recebe esse nome por ter seu relevo caracterizado pela presença de extensas chapadas, cortadas por profundos vales (grotas). A região se encontra em uma área de transição entre a mata atlântica e o cerrado: nas grotas, a vegetação predominante é da mata atlântica; já, nas chapadas, predomina a vegetação característica do cerrado. O clima da região tem características do semiárido com chuvas variando entre 600 e 800 mm/ano, concentradas

entre os meses de novembro a fevereiro (RIBEIRO *et al*, 2007; GALIZONI; RIBEIRO, 2003).

O uso e ocupação dos solos na região foi regida pela disponibilidade dos recursos naturais. As grotas foram as primeiras a serem ocupadas, as quais apresentam uma fertilidade natural maior e se encontram próximas aos cursos de água, sendo então, consideradas pelos agricultores, terras boas para o cultivo de mantimentos (arroz, feijão, mandioca e milho). As chapadas possuem fertilidade natural menor, porém apresentavam alta quantidade de forragem nativa, frutos e plantas medicinais e eram utilizadas como recurso comum pela população rural. Assim, permaneceu a região até a década de 1970, quando, no período da ditadura militar, se tornou foco de processos de desenvolvimento (SILVA, 2014; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

A principal via de desenvolvimento vislumbrado na época dos militares foi o reflorestamento com eucalipto nas chapadas, cuja a utilização seria para abastecer de carvão as siderúrgicas de Minas Gerais. As chapadas foram escolhidas por apresentarem terras boas para o cultivo do eucalipto, por estarem “subutilizadas” e pelo baixo preço, já que maioria eram terras devolutas do Estado. Esses empreendimentos deveriam fomentar a economia, emprego e renda na região (CALIXTO, 2006; RIBEIRO; GALIZONI, 2000).

A privatização das áreas comuns do Alto Jequitinhonha foi facilitada pela ausência de documentos que comprovassem a sua posse pelas comunidades locais, o que fez com que as terras fossem consideradas como devolutas. A situação das terras, aliada à crença geral da época de que a única serventia das áreas planas de cerrado seria a agricultura intensiva e monocultora, fez com que o reflorestamento de eucalipto fosse incentivado na região, considerada de excelente “vocação florestal” (CALIXTO, 2006 p.6)

A chegada das empresas de eucalipto alterou drasticamente as dinâmicas existentes na região, sendo a estrutura fundiária foi a mais alterada, a transformando em um estrutura bi-modal de divisão fundiária entre agricultura familiar e não familiar<sup>1</sup>, sendo que:

- Agricultura familiar: segundo a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, agricultores familiares são aqueles que, entre outros requisitos, desenvolvem atividades em estabelecimentos cuja área **não exceda a quatro módulos fiscais**, dirigidos pela própria família, com mão-de-obra predominantemente familiar e renda originada predominantemente dessas atividades (BRASIL, 2006);
- Agricultura não familiar: estabelecimentos rurais cuja área exceda a quatro módulos fiscais (ABRAMOVAY, 2000).

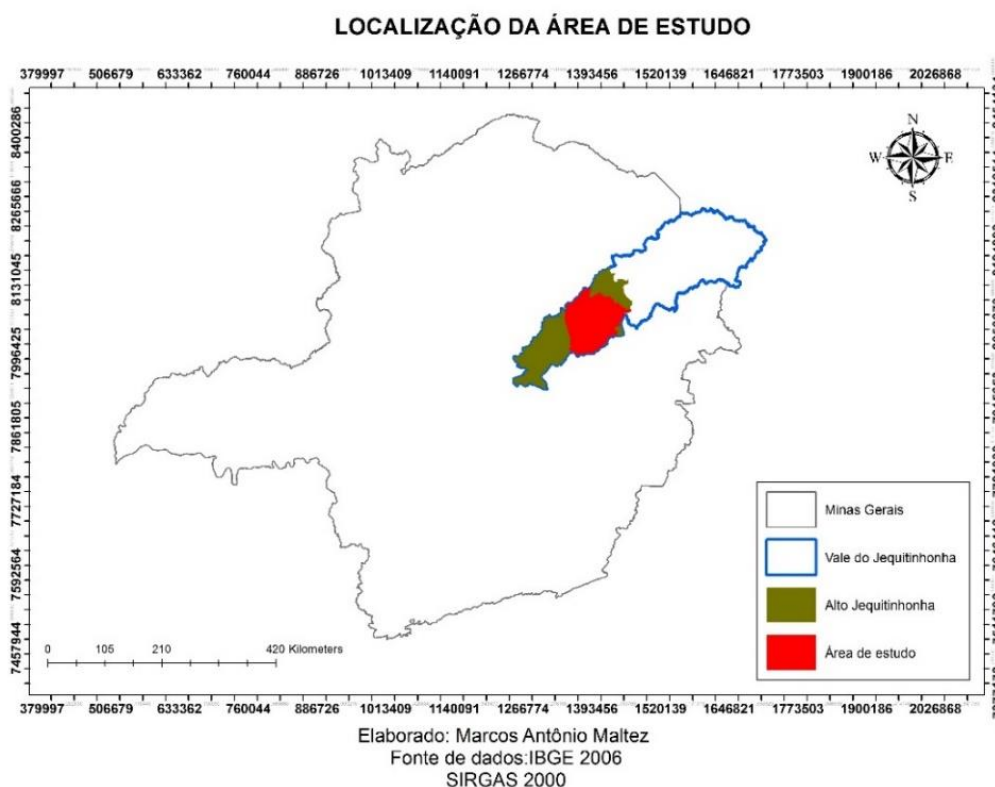
Além da distribui o fundiária, os eucaliptais ocasionaram outros tipos de impactos na região como: diminui o da biodiversidade, problemas relacionados   aplica o de agrotóxicos, empobrecimento e erosão dos solos, especula o financeira da terra, diminui o do volume de água dos rios e nascentes e altera o do ciclo hidrológico da região (VITAL, 2016; LIMA, 2013; LIMA, 2006, 2004).

## METODOLOGIA

### Área de Estudo

Os municípios Turmalina, Minas Novas, Itamarandiba, Veredinha, Capelinha, Carbonita e Aricanduva foram escolhidos por possuírem diversas características em comum. A principal delas é a predominância do relevo caracterizado pela presença das chapadas e grotas. Além disso, as cidades apresentam uma agricultura familiar tradicional e numerosa e trajetórias de desenvolvimento econômico e social semelhantes.

Mapa 1



### Confecção dos mapas<sup>4</sup>

Os dados e arquivos dos mapas foram extraídos do Sistema Integração do Cadastro Ambiental Rural (SICAR), sendo esse um registro eletrônico e obrigatório para todos os imóveis rurais do Brasil, criado pela Lei nº 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA. (BRASIL, 2012). A partir de técnicas de geoprocessamento os dados foram tratados, gerando os mapas de distribuição dos imóveis rurais, e sua sobreposição sobre a declividade da área de estudo. Os dados referentes ao tamanho do imóvel rural estavam na medida de “módulos fiscais”, sendo que nos municípios da área de estudo um módulo fiscal, tem valor de 40 hectares. A classificação dos mapas se dividiu em 2 classes, sendo a agricultura familiar ( $\leq 4$  módulos fiscais) e agricultura não familiar ( $>4$  módulos fiscais). Os mapas forneceram também informações qualitativas sobre a distribuição fundiária da área de estudo.

<sup>4</sup>A metodologia detalhada para confecção dos mapas é muito extensa, e não caberia dentro do limite de páginas do trabalho.

O mapa de declividade teve como base a divisão da EMBRAPA (1995), sendo que:

<b>Classes de Declividade</b>	<b>Classificação</b>	<b>Grau de Limitação</b>	<b>Considerações</b>
<b>0-3%</b>	Plano/	Nulo	Terras não suscetíveis a erosão, geralmente planas e com boa permeabilidade
<b>3-8%</b>	Suave Ondulado	Ligeiro	Terras que apresentam pouca suscetibilidade a erosão e possuem boas propriedades físicas
<b>8-13%</b>	Moderadamente Ondulado	Moderado	Terras que apresentam moderada suscetibilidade a erosão.
<b>13-20%</b>	Ondulado	Forte	Terras que apresentam forte suscetibilidade a erosão e ocorrem em terreno ondulado a forte
<b>20-45%</b>	Forte ondulado	Muito Forte	Terras com suscetibilidade maior que o grau forte tendo o seu uso agrícola muito restrito.
<b>45-100%</b>	Montanhoso	Extremamente Forte	São terras onde devem ser estabelecidas uma cobertura vegetal de preservação ambiental.

Tabela 1 – Classificação de declividade. Fonte: EMBRAPA, 1995

É importante ressaltar que a única variável disponível para realizar a qualificação entre agricultura familiar e não familiar era a área do imóvel rural. A legislação determina, entre outros fatores, que agricultura familiar é aquela que não possui imóveis rurais acima de 4 módulos fiscais, porém não exclui a possibilidade de existir imóveis rurais com menos de 4 módulos fiscais que sejam de agricultura não familiar. Assim como, podem existir imóveis rurais acima de 4 módulos fiscais que tenham características da agricultura familiar. Entretanto, estes são casos isolados, pouco influenciando nos resultados deste trabalho, tendo em vista as características da área de estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

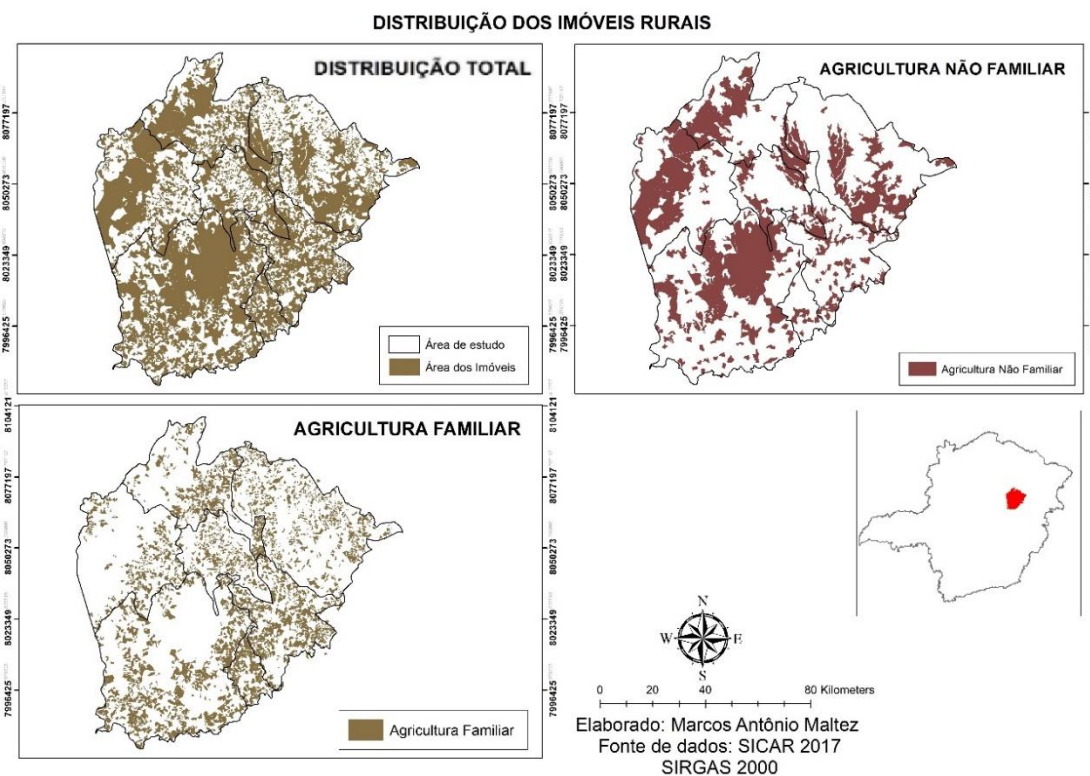
Segundo (DELGADO, 2012) durante a ditadura militar toma força a chamada modernização conservadora da agricultura, nesse período a agricultura passa a incorporar um novo objetivo: “o aprofundamento das relações com a indústria e ambos com o setor externo”, isso acontece subsidiado fortemente pela política agrícola e comercial da época. Esse processo de mudança do papel da agricultura é caracterizado principalmente pela mudança na base técnica e dos meios de produção, com o aumento do uso de insumos industriais (fertilizantes, maquinários, corretivos, sementes melhoradas e combustíveis), e do lado da indústria, ocorre uma integração entre a produção primária de alimentos e matéria prima e vários ramos industriais (oleaginosas, moinhos, usinas de cana de açúcar, etc)

A agricultura do tipo familiar das chapadas e grotas estava longe de cumprir todos os papéis clássicos da agricultura, apesar de liberar muita mão de obra para o trabalho na indústria e lavouras de commodities, a agricultura familiar local tinha sua produção voltada para auto consumo e venda da produção excedente, longe de gerar uma oferta de alimentos para o setor urbano (além da baixa produção, a falta de estradas e infraestrutura impedia o escoamento da produção) ou alguma matéria prima para a indústria. Essa situação ia totalmente contra o paradigma de desenvolvimento prezado na época pelo governo militar. Com o intuito de levar desenvolvimento a região, o governo da estadual e federal promoveram maciços investimentos para o reflorestamento com eucalipto na região.



A implementação das monoculturas de eucalipto ocasionou uma drástica mudança no uso das terras nas chapadas e grotas do Alto Jequitinhonha. Isso aconteceu de forma mais notável nas chapadas, áreas que antes eram utilizadas de forma extensiva e complementar ao uso que os lavradores davam as áreas de grotas, passaram a ser cultivadas de forma maciça pelas empresas reflorestadoras. Com a chegada dos empreendimentos as chapadas deixaram de ser usadas de forma comum para serem privatizadas. Essa substituição no uso dos ambientes ocorreu no auge da modernização da agricultura no Brasil. A justificativa para essa ocupação foi a geração de emprego e renda para a região que, nos argumentos dos programas governamentais, o tipo de atividade produtiva predominante na região – a agricultura familiar – seria incapaz de proporcionar (CALIXTO, 2006).

Mapa 2



A distribuição dos imóveis rurais e sua qualificação em agricultura familiar e não familiar está representada no Mapa 2, onde se pode notar a existência de grandes terrenos da agricultura não familiar (> 4 módulos fiscais), os quais, em sua grande maioria, se ocupam com a produção em larga escala de eucaliptais. Já, a agricultura familiar (<=4 módulos fiscais), encontra-se pulverizada no entorno dessas grandes áreas, com a produção de alimentos direcionada ao autoconsumo e venda do excedente, através de imóveis menores - variando entre 1 e 4 módulos fiscais.

O Alto Jequitinhonha tem a estrutura fundiária marcada pela forte presença de pequenas propriedades rurais familiares, principalmente nas regiões de grotas, próximas aos cursos de água, onde se ocupam a produção de alimentos para autoconsumo (mandioca, milho, feijão e hortifrúteis), e venda do excedente principalmente para feiras livres e programas públicos. Tem-se também, as chapadas que formam um vasto território na região, que acomoda os grandes empreendimentos agropecuários, que em sua maioria são ocupados pelas empresas de eucaliptos, esse

eucalipto tem como principal destino abastecer de carvão as siderúrgicas mineiras, mas também são utilizados para fazer mourões e celulose (SILVA, 2014)

A tabela 2 apresenta os dados quantitativos dos imóveis rurais totais, além da distribuição entre agricultura familiar e não familiar. Apesar da agricultura familiar representar 96% (8460) dos imóveis rurais da região, essa ocupa apenas 46% do total da área (324.982). Enquanto que a agricultura não familiar, representa apenas 4% (332) do total dos imóveis rurais e ocupa um total de 54% da área (386.819).

Tabela 2 - Qualificação dos imóveis rurais na área de estudo.

<b>Tipo de Imóvel</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>	<b>Área (hectares)</b>	<b>% de ocupação da área</b>	<b>% de imóveis rurais</b>
<b>Agricultura familiar</b>	8.460	324.982	46%	96%
<b>Agricultura não familiar</b>	332	386.819	54%	4%
<b>Total</b>	8.792	711.801	100%	100%

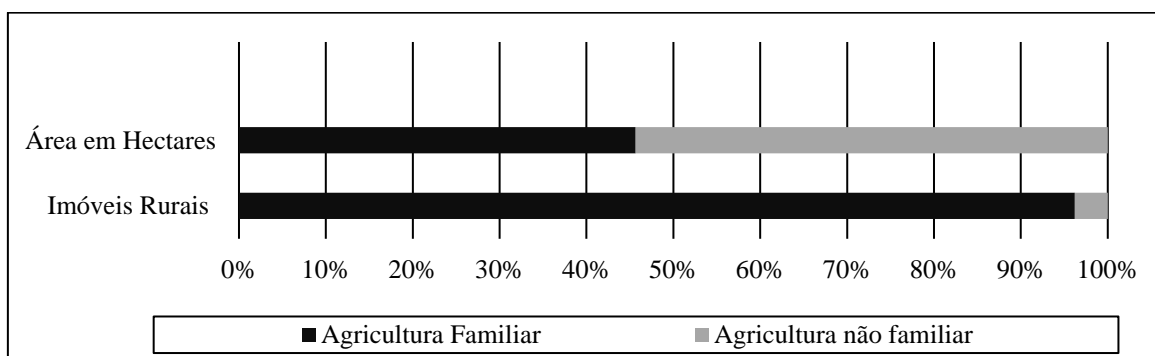
Fonte: autor, 2017

Esse processo de acumulação fundiária é fruto dos projetos de desenvolvimento que ocorreram na região durante a década de 60-70. A região das chapadas e grotas tinha na agricultura familiar e tradicional sua base econômica, o que contradizia o paradigma de desenvolvimento preconizado na época, sendo considerada, então, uma região estagnada e parada no tempo (LEITE, 2010; CODEVALE, 1967). Essa interpretação feita pelos formuladores de políticas públicas rendera, na época, ao Alto Jequitinhonha os nomes de “Vale da Miséria e África Brasileira” (CALIXTO, 2006), o que ajudou a legitimar a implantação dos eucaliptais na região, que tinham o intuito de levar “emprego, desenvolvimento e renda” para a população local. Porém, o que se viu foi o aumento da desigualdade social na região, principalmente, pelo aumento do preço da terra e a especulação financeira (SILVA, 2014; RIBEIRO *et al*, 2007; GALIZONI; RIBEIRO, 2003).

Os eucaliptais são responsabilizados por danos ambientais diretos: assoreamento de nascentes, destruição de áreas de recarga, secagem de lagoas; e indiretos, porque a concentração do pastoreio acentuou processos erosivos nas terras das grotas. Os reflorestamentos criaram nas comunidades rurais um sentimento de perda e sacrifício inútil (RIBEIRO *et al*, 2007p. 1084).

O gráfico 1 apresenta a relação entre a quantidade de imóveis rurais da agricultura familiar e não familiar e a quantidade de terra ocupada, notando-se a discrepância existente no uso e ocupação da terra.

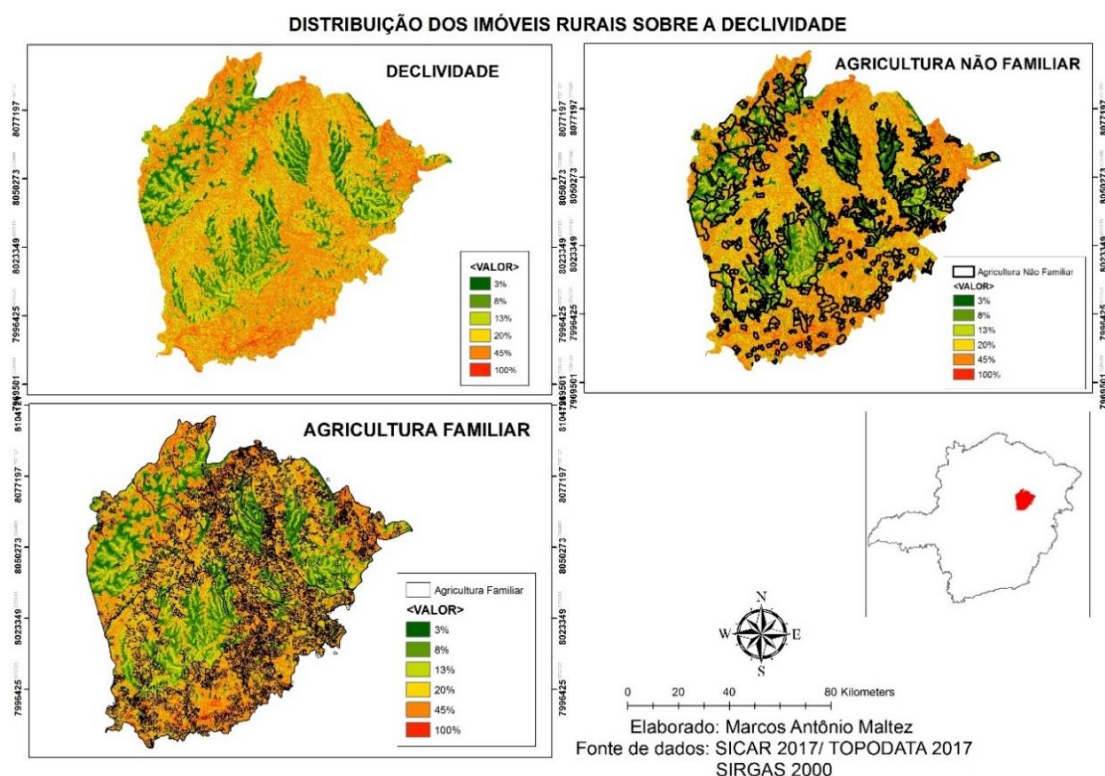
Gráfico 1 - Relação entre área em hectares e imóveis rurais



Fonte: autor, 2017

A principal consequência dos programas de crédito para a implantação das monoculturas de eucalipto no Alto Jequitinhonha, não foi no seu desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, na técnica da agricultura local ou sequer na mudança de mentalidades locais. A grande transformação aconteceu na renda fundiária, as chapadas foram transformadas em ativos financeiros, o que aumentou a pressão por plantio de mantimentos nas terras férteis remanescentes das grotas, esse processo fez com que as pequenas áreas de culturas do sítios se tornassem cada vez mais escassas em termos relativos, e que a renda cobrada pela cessão da terra para cultivo de lavoura atingisse um terço do volume bruto de produção (RIBEIRO *et al.*, 2007)

O mapa 3 representa a distribuição dos imóveis sobre a declividade da área de estudo:



As chapadas eram consideradas terras “vazias”, devendo ser incorporadas ao desenvolvimento da região (LEITE, 2010; CODEVALE, 1967). Apesar de terem fertilidade natural menor, as chapadas apresentam ótima declividade para o cultivo de eucaliptais (0-13%) (SILVA, 2014; RIBEIRO; GALIZONI, 2000). Com a modernização da agricultura, o problema da baixa fertilidade e acidez do solo foram resolvidos, possibilitando, assim, a implantação do reflorestamento na região (BALSAN, 2006; CALIXTO, 2006). A agricultura familiar, que inicialmente ocupou as grotas, teve seus terrenos assegurados, principalmente, pela resistência e por estarem em uma região onde o tripé da modernização da agricultura (adubo, veneno e trator) não conseguiriam ser implementados, já que a declividade (20-100%) das grotas não possibilitava.

A privatização das chapadas legou aos agricultores familiares o uso somente das grotas, diminuindo seu terreno para criação de gado e aumentando a desigualdade fundiária da região. A quantidade média de área ficou em 38,41 hectares (ha) para a agricultura familiar, enquanto a agricultura não familiar tem em média 1165,38 ha. A diminuição da área para a produção e a acumulação fundiária acabou favorecendo alguns processos já existentes na região, principalmente a migração e o êxodo rural. Sem terra para trabalho e com o preço das terras cada vez mais alto, a alternativa de trabalho aos agricultores na colheita de cana, café e construção civil se tornou cada vez mais constante (GALIZONI, 2013; RIBEIRO *et al.*, 2007).

## CONCLUSÕES

As políticas de desenvolvimento implementadas pela ditadura militar, trouxeram profundas mudanças no rural Brasileiro. No Alto Jequitinhonha, o incentivo ao reflorestamento criou uma nova forma de apropriação das chapadas, o que imprimiu uma dinâmica diferente sobre o uso da terra comum, o regime de propriedade privada, inibindo o pastoreio e o extrativismo praticado pelas populações rurais. A forma de utilização das chapadas pelos agricultores foram substituída pela produção de carvão, celulose e mourões, em uma visão de desenvolvimento que não levou em conta as características sociais, ambientais e econômicas da região (CALIXTO, 2006; RIBEIRO *et al*, 2007).

Os dados do Cadastro Ambiental Rural demonstram de forma quantitativa, qualitativa e cartográfica a distribuição fundiária desigual que se tem na região das chapadas e grotas do Alto Jequitinhonha, bem como está a distribuição dos imóveis da agricultura familiar e não familiar sobre a declividade, notasse que a agricultura familiar ocupa áreas onde as empresas não tem interesse, já que são terras onde o tripé veneno/adubo/trator não consegue se estabelecer, por conta da declividade.

O processo de ocupação das chapadas alterou completamente a distribuição fundiária da região, aumentando o preço da terra, diminuindo a área de uso pela agricultura familiar e acentuando a desigualdade social já existente na região. O que foi apresentado à população como esperança de desenvolvimento, trabalho e renda, se tornou um problema ambiental, social e econômico. A agricultura familiar mesmo tendo sido encurralada pela monocultura se mantém na região, gerando ocupação, renda e alimento, mesmo sendo marginalizada pelas políticas públicas durante muitos anos. As grotas e chapadas do Alto Jequitinhonha são mais um exemplo de como políticas top/dow tendem a ser ineficientes em seus objetivos e causam mais impactos negativos do que positivos.

## REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000, p. 03.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo - Território, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 123-151, 2006.

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, De 24 De Julho De 2006.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 08 jan 2018.

BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-1974. Rio de Janeiro, 1971

CALIXTO, Juliana. Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. 2006. 130. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Economia e Administração, UFLA, Lavras, 2006.

CODEVALE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. Pré- diagnóstico do Vale do Jequitinhonha, vol. I e II. Edição do Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1967.

DELFIM NETO, Antônio. Problemas econômicos da agricultura brasileira. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP- Boletim, n 46, Cadeira XXV. São Paulo, 1963, 293 p.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária Hoje. Associação Brasileira de reforma Agrária. v. 01, n 02, p. 27-40, out. 2014

DELGADO, Guilherme. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças climáticas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

FAGUNDES, A. C.. Do golpe à ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a construção do regime militar. Opsi (UFG), v. 14, p. 58, 2014.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Conflitos no campo Brasil 2010. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, p. 76-81, 2011.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIRA, R. R. Por que trabalho escravo? Estudos Avançados. São Paulo, v. 14, n.38, p. 31-50, 2000.

GALIZONI, F. M. Lavradores, águas e lavouras - estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. 254p. V.1

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. . As águas da comunidade: representações simbólicas da água em populações rurais de diferentes regiões de Minas Gerais. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 528-548

LEITE, A.C. G. A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia fria” em suas condições regionais de mobilidade do trabalho. São Paulo, 2010. Dissertação de mestrado em Geografia- Departamento de Geografia da Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/pt-br.php> Acesso: 05/01/2018.

LIMA, V.M.P; Secas e Águas. Alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. In: GALIZONI, F. M. Lavradores, Águas e Lavouras: Estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha, 1 ed. Belo Horizonte 2013. p. 99-124

LIMA, W. O eucalipto seca o solo? Sociedade Brasileira de Ciências do Solo, v. 29, n. 1, Jan 2004.

LIMA, W.P.; ZAKIA, M.J.B. As florestas plantadas e a água. Implementando o conceito da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento. São Carlos: Ed. RIMA, 2006.

226p.

MCMICHAEL, P. Development and Social Change. Second Edition. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 2000, 381 p.

Ribeiro, A.E.M.; GALIZONI, F. M. . Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: Haroldo Torres; Heloísa Costa. (Org.). População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Editora SENAC, 2000, v. , p. 163-189.

RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães et al. “Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha”. In: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45, n° 4, Brasília, out-dez de 2007

Ricardio, L. (2011). A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. En Cuad. Desarro. Rural. 8 (67): 231-249.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SILVA, F D. Sistemas agrários e agricultura no Alto Jequitinhonha, 2014, 241 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

PALMEIRA, M. G. S.. Modernizacao, Estado e Questao Agraria. ESTUDOS AVANCADOS, v. 3, n.7, p. 87-108, 1989.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In. SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994

VITAL, M. H. F. IMPACTO AMBIENTAL DE FLORESTAS DE EUCALIPTO. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2808.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2808.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2017.